

OS INTELLECTUAIS E A ETERNA BUSCA PELA MODERNIZAÇÃO DO BRASIL: O SIGNIFICADO DO PROJETO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA DAS DÉCADAS DE 1950-60*

Maria Emilia Prado

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brazil. E-mail: revista_intellectus@yahoo.com.br

Recibido: 5 Diciembre 2007 / Revisado: 9 Enero 2008 / Aceptado: 14 Enero 2008 / Publicación Online: 15 Febrero 2008

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar o modo como as noções de desenvolvimento e integração nacional foram discutidas no Brasil ao longo do século XX e em especial no decênio de 1950 quando a temática do desenvolvimentismo ocupou o primeiro plano da arena política e intelectual. Atenção especial será dada ao papel desempenhado pelo ISEB-Instituto Superior de Estudos Brasileiros e pela obra desenvolvida por Hélio Jaguaribe.

Palavras Chave: Desenvolvimentismo, nação, intelectuais, política.

1. EM BUSCA DO BRASIL MODERNO

A partir do fim da segunda guerra mundial a palavra de ordem na América Latina passou a ser mudança. Era preciso empreender as mudanças necessárias para que a região se desenvolvesse e o desenvolvimento só seria produzido pelo processo de industrialização. Ao final dos anos de 1940 a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) representava a hegemonia deste novo paradigma, cuja chave era industrialização/desenvolvimento. A idéia de progresso que imperou desde os finais do século XIX, fora substituída pela de desenvolvimento. Na realidade, desde a crise de 1929 que os intelectuais não apenas no Brasil, mas, em toda a América Latina foram tomados pelo afã modernizador. No dizer de Eduardo Valdéz, “la crisis mundial que comenzó en 1929 fui un importante catalizador de esos afanes modernizadores y les otorgaba un desafío manifiesto: superar la miséria y la vulnerabilidad de las economías latinoamericanas. El nacionalismo fue sin Duda

una respuesta a este desafío, que se enmarcó dentro del paradigma identitario existente”¹.

Ao longo do século XIX, a reflexão intelectual no Brasil centrou-se em temas pertinentes à organização institucional do Estado, criado a partir da independência realizada em 1822. A necessidade de estruturar esse novo Estado conjugando instituições liberais com uma realidade social que poucos vínculos guardava com uma ordem liberal, fez com que os intelectuais refletissem sobre questões inerentes ao liberalismo institucional. Voltados para temas pertinentes à organização do Estado, os pensadores durante a primeira metade do século XIX pouco se preocuparam com a questão nacional e aquela que se constituía no “calcanhar de Aquiles” do império brasileiro, a escravidão, praticamente não foi objeto de análise até 1860/70.

Unidade territorial versus desmembramento; monarquia versus república; centralização versus descentralização; e os limites do poder monárquico, eram questões que estavam no cerne do debate intelectual. A articulação entre ordem e liberdade constituiu-se na principal preocupação de pensadores que de uma ou outra forma estiveram à frente da construção do estado imperial. Pimenta Bueno, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Justiniano José da Rocha, visconde de Jequitinhonha e já na segunda metade do século XIX, Paulino José Soares de Sousa (visconde do Uruguai) e José de Alencar, não faziam qualquer restrição ao exercício da liberdade, a não ser quando esta dificultava os interesses da comunidade.

O “bando de idéias novas” denominação dada por Sílvio Romero, inundou o império a partir do decênio de 1860, quando teve início a renovação. No Nordeste surgia a denominada *Escola do Recife*, cujas figuras principais eram o próprio Sílvio Romero e Tobias Barreto. É preciso considerar, antes de tudo, que inexistia identidade na então denominada *Escola do Recife*², pois em Sílvio Romero é possível se encontrar forte influencia de Spencer, traço que não se encontra em Tobias Barreto³. Tratava-se do reconhecimento de que a monarquia constitucional não mais servia ao crescimento do país. Não estava mais em jogo a “fundação” de um país, mas sim o de sua transformação de modo a que pudesse acompanhar as inovações do tempo, ou seja: as mudanças técnicas, políticas e espirituais porque passava a Europa, que era o ponto de referência.

Contrários à escravidão, defensores do cientificismo, adeptos do progresso material e das artes mecânicas, da engenharia, da matemática e das técnicas os positivistas se posicionavam contra o mundo que a monarquia criou. O exército e as camadas médias urbanas encontrariam em seus pressupostos um ponto de referência capaz de impulsionar as mudanças políticas, sociais e econômicas no sentido de se construir uma sociedade moderna, integrada e distante do liberalismo, que pouca chance tinha de florescer no Brasil preso aos traços coloniais: patrimonialismo, escravidão, ausência de individualismo⁴.

Seja no plano político ou no cultural, é possível realizar um levantamento exaustivo de autores e obras. Das formulações de Bonifácio, ainda ao tempo do vice-reinado, passando pelos construtores do império, como Bernardo Pereira de Vasconcelos e o Visconde de Uruguai até a geração dos reformadores como: Joaquim Nabuco, Tavares Bastos, Rui Barbosa, Sílvio Romero, André Rebouças, Quintino Bocaiúva. e outros, o século XIX foi pródigo na elaboração de reflexões acerca dos caminhos e das trilhas por onde passava ou deveria passar a questão nacional.

No já tão distante decênio de 1880, a escravidão foi extinta e com ela a monarquia. Adveio a república e então ganhou força a idéia de progresso material. Mas permaneceu o impasse intelectual. O que era exatamente o Brasil? Como definir a sociedade, a cultura e a política brasileiras? Que rumos o Brasil deveria tomar? A nós estava reservado o destino de sermos

cópia do modelo liberal democrático? Até onde seria possível ou desejável transmutar nossas características próprias de modo a nos tornarmos aptos a adotar o modelo? Mudar para onde e como? Adotar que modelo histórico? Olhar para a França, Inglaterra os para os Estados Unidos? Que fatores impediam a mudança?

A dicotomia entre acentuar as características endógenas da sociedade e da cultura brasileira e/ou recusar essas características em nome da necessidade de superá-las para que o modelo liberal anglo-saxão pudesse ser implantado ocupou, também, a maior parte da intelectualidade brasileira ao longo da primeira metade do século XX.

Mas, já nos primeiros anos da república, um número significativo de reflexões realizadas pelos intelectuais centravam-se na temática da necessidade de se empreender mudanças capazes de superar o atraso brasileiro diante dos países da Europa Ocidental bem como dos Estados Unidos. E em assim sendo, procurava-se encontrar as razões para este atraso. Nesse afã de descobrir as raízes de “nossos males”, havia os que buscavam na sociedade que se construiu no Brasil ao longo de trezentos anos ou no Estado fundado em 1822, as raízes desses problemas. É possível encontrar análises que responsabilizavam as elites políticas que estavam à frente da direção do Estado, pelo fato de não terem adotado medidas destinadas a promover a integração nacional. Alguns intelectuais creditaram, no entanto, à natureza da sociedade (povo) a responsabilidade pela incapacidade do Brasil de se tornar uma nação integrada e moderna.

As análises se dividiam entre os que responsabilizavam as elites sociais e defendiam o povo e os que, ao contrário, creditavam ao povo, mediante utilização da noção de raça, então em voga, a responsabilidade pelo atraso. Alguns passaram, no entanto, a creditar ao passado monárquico e a herança ibérica a causa da incapacidade das elites e do Estado brasileiro em implementarem os mecanismos capazes de tornar o Brasil um país moderno nos planos político, econômico e social.

A obra fundadora aqui foi a de Manoel Bomfim, *América Latina males de origem*⁵, onde procurou abordar os significados da herança colonial sob o prisma da natureza cultural do colonizador. A um só tempo ele apontava o caráter extremamente predatório da colonização,

mas, imputava aos traços culturais ibéricos as razões do caráter predatório da colonização.

A questão da nação inconclusa foi tema central das reflexões de Alberto Torres. Essa temática aparece em duas de suas obras mais significativas: *o Problema Nacional Brasileiro* e *Organização Nacional*, publicados em 1914⁶. Para análise dos problemas que nos afligiam, baseava-se ele no conhecimento da terra e de suas necessidades, conhecimento este adquirido ao longo de sua prática política.

Alberto Torres advertia sobre o imperativo de se promover a integração nacional, através da geração de trabalho e da formação do cidadão para através dele tornar possível o progresso. Afirmava a existência de “um duplo dever a cumprir, para com a nossa população atual: um dever de educação e um dever de assistência econômica e social”.⁷ Defensor do agrarismo, mas não do latifúndio. Alberto Torres defendia a reforma agrária e não descuidava de reivindicar que o Estado cumprisse seu dever para com a educação do povo.

Os decênios de 1920/30 foram momentos decisivos no processo de transformação da vida política e cultural do Brasil, uma vez que a sociedade brasileira passou por um processo marcado pela aceleração das atividades industriais nos principais centros urbanos do país: São Paulo e Rio de Janeiro levando a que, progressivamente, a indústria pudesse ir-se impondo. Ao mesmo tempo as cidades começavam a ganhar importância rompendo, ainda que muito lentamente, a supremacia da vida rural. No campo intelectual, este foi um momento caracterizado pelo incremento das interpretações em torno da questão da identidade cultural.

Nesse sentido, um certo número de intelectuais voltava sua atenção para a valorização da experiência histórica e cultural norte-americana, concebendo-a como o modelo a ser seguido pelo Brasil para o ingresso definitivo no mundo moderno. Havia, porém, os que permaneciam fiéis ao modelo europeu como meio capaz de propiciar a eliminação dos resíduos coloniais, vistos como responsáveis pelo atraso político, cultural e econômico do Brasil nessas primeiras décadas do século XX. E por fim, a corrente dos que defendiam a particularidade da sociedade brasileira. Tempo rico em interpretações, os decênios de 1920 e 1930 foram o cenário onde atuaram: Paulo Prado, Sérgio Buarque de

Holanda, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Monteiro Lobato, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e tantos outros.

Os decênios de 1920 e 1930 foram, portanto, ricos em interpretações acerca das razões que impediam o Brasil de se tornar um país moderno, industrializado e constituído por uma população integrada. As promessas anunciadas pela carta de Caminha no momento do descobrimento, a respeito das potencialidades infinitas da nova terra, continuavam sendo apenas promessas e os intelectuais se inquietavam mais e mais.

Como tornar esse país plural e diversificado culturalmente um país integrado e capaz de construir uma economia de mercado e uma sociedade liberal? Como viabilizar os processos de industrialização e urbanização e como tornar essa população rural e bastante marcada por uma religiosidade mágica, que vivia atrelada aos poderes locais e sem acesso a um sistema educacional universal, uma população igual a dos países da Europa Central ou dos Estados Unidos? Como conjugar as heranças culturais ibérica, africana e indígena com o modelo cultural anglo-saxão? Como superar o passado colonial? Como tornar o Brasil menos dependente do capital e dos mercados externos? Como se livrar do peso do latifúndio bem como dos poderes privados que dificultavam, sobremaneira, a ação do Estado?

A palavra de ordem era transformação, pois era imprescindível que a nação se tornasse integrada. A sociedade tal qual existia possibilitava a desagregação e facilitava a manutenção de uma ordem onde imperavam os poderes locais. Para que o Brasil se modernizasse era fundamental a atuação forte do Estado, objetivando construir as bases estruturais de uma nova ordem : urbana e industrial.

Em meio a este cenário, destacam-se as reflexões feitas por Oliveira Vianna em *Populações Meridionais do Brasil*⁸. Ressaltando o papel das elites indicava a necessidade de se empreender a modernização a partir da valorização dos nossos traços culturais. Diante da singularidade da organização social brasileira, não era possível, para Oliveira Vianna, conceber um modo de integração que fosse igual aquele ocorrido na Europa Ocidental e/ou Estados Unidos. O povo-massa que ao longo do século XIX participara do sistema

eleitoral só o fizera na condição de agregado de um grande senhor, constituindo-se em sua força eleitoral. Para romper com essa tradição era preciso que o Estado intervenha de modo a ser o agente aglutinador desse povo-massa.

Muitas das idéias preconizadas por Oliveira Vianna foram implementadas a partir do movimento de 1930 que derrubou a república oligárquica e levou ao poder Getúlio Vargas. O governo de Vargas representou um momento especial de transformação da estrutura política, econômica e social no Brasil. Adepto de um Estado forte e centralizado que pudesse funcionar como o propulsor das mudanças sociais que neste momento implicavam no estímulo ao processo de industrialização, única forma de superar o atraso do Brasil que vivia ainda dependente de uma economia agro-exportadora. Por outro lado, somente a industrialização seria capaz de impor a presença do Estado a toda população brasileira enfraquecendo o peso dos poderes locais (localismo) na vida política nacional. Esta era uma das prerrogativas centrais das idéias e propostas defendidas por Oliveira Vianna desde o decênio de 1920.

2. O PROJETO MODERNIZADOR E O AFÃ DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL PÓS-1930

A década de 1930 assinalou um momento importante de inflexão na sociedade e na economia do Brasil, já que a lógica urbano-industrial ia, lentamente, sendo introduzida no país. Nos domínios da política iniciava-se o populismo ou o trabalhismo como recurso de poder utilizado tanto por políticos adeptos do modelo democrata quanto por adeptos do autoritarismo. Vargas em seus diferentes momentos à frente da chefia do Estado, como ditador ou presidente eleito, tratou de construir as bases para implantação desse parque industrial ao mesmo tempo em que procurava, também, cuidar do controle social e sindical.

Dessa forma, quando se encerrou o segundo governo de Vargas (1951-1954), o Brasil já se encontrava bastante transformado. Caminhava, a passos largos, para o fim da predominância do mundo rural, pois a urbanização crescia de modo acelerado, ainda que a ocupação dos espaços urbanos ocorresse de modo extremamente desordenado. O Brasil passava por um intenso processo de modernização nos planos político e econômico⁹.

Ao final do segundo governo Vargas e no momento de seu suicídio em 1954, o Brasil era regido por uma constituição liberal, eleições livres, liberdade de imprensa e valorização do poder legislativo. É bem verdade que as liberdades políticas se encontravam ainda bastante limitadas no tocante ao sindicalismo e as organizações de esquerda. O Partido Comunista Brasileiro, por exemplo, foi posto na clandestinidade desde 1948. Isto não impediu, no entanto, que seus integrantes continuassem na cena política mediante ligações com outros partidos. No interior deste quadro ocorreu a campanha de JK à presidência da república.

O suicídio de Vargas em agosto de 1954 tornou-se o ponto referência para as forças políticas que se encontravam envolvidas no processo eleitoral que teve, fundamentalmente, duas forças políticas se defrontando. De um lado o varguismo, que com o suicídio de Getúlio ganhou uma nova expressão. De outro a oposição representada pela UDN (União Democrática Nacional). A aliança política se fez, então, entre o Partido Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que recebia o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essa aliança possibilitou a eleição de Juscelino *Kubitschek* (JK) e a derrota do anti-getulismo.

Os anti-getulistas consideravam imprescindível a eliminação da herança de Vargas e o lançamento de uma candidatura que reunisse a UDN e o PSD. O grupo tinha no jornalista Carlos Lacerda, um dos seus líderes. Juscelino sabia que sua eleição dependia da consolidação de uma aliança forte e dessa maneira costurou com o PTB o acordo político que levou a indicação de João Goulart para a vice-presidência. Essa aliança recebeu também o apoio do PCB, fato que desagradou os meios militares, de modo que o quadro eleitoral se tornou mais complexo com a entrada de novas candidaturas. A eleição afinal ocorreu em 3 de outubro de 1955 e Juscelino ganhou com uma percentagem de 33,82% dos votos válidos.

Juscelino procurou, então, traçar os rumos de seu governo oferecendo ao país uma agenda destinada a acelerar o processo de transformação pelo qual o país vinha passando desde o decênio de 1930. O clima de liberdade, então reinante, facilitava a Juscelino a aceitação por parte da população do “Plano de Metas”- programa econômico e de planejamento voltado para acelerar o desenvolvimento do país. Tendo

recebido de Getúlio um conjunto de instituições e agências, dentre elas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (depois transformado em BNDES), a Petrobrás e outros, de caráter setorial ou regional, tais como: o Banco do Nordeste, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, destinados a promover o desenvolvimento econômico a partir da orientação do Estado.

Seguindo parte do modelo de governo testado por Vargas, JK tratou de incentivar as comissões técnicas destinadas a realização de estudos e a formulação de políticas de planejamento econômico e social. Este corpo institucional e burocrático lhe permitia agir e decidir mesmo se em meio a uma conjuntura de crise política. JK exercia com exímio as artes da política, o que o levou a valorizar a estrutura institucional e a agir como um exímio negociador. Estabelecendo a tolerância política, JK procurou concentrar seus esforços Juscelino adicionava ao desenvolvimentismo a ótica do otimismo e da tolerância política. Ao longo do seu governo JK cuidou de manter em alta o prestígio do legislativo, domesticou os descontentamentos dos militares e procurou maximizar os recursos existentes no país. A política econômica de JK pode contar com uma base de apoio significativa, que incluía empresários, trabalhadores e militares. Apesar disso, havia setores fortemente opositores a esta política e eles se encontravam em alguns organismos internacionais e nos setores internos que não se identificavam com a proposta de desenvolvimento industrial para o Brasil.

A junção da política econômica desenvolvimentista com a argúcia política fez com que a imagem de JK ao final de seu governo fosse a de um presidente que soube quebrar os obstáculos que ainda existiam para o estabelecimento do capitalismo no Brasil. A economia brasileira crescera numa média de 3% ao ano, mas passou também a conviver com o descontrole das contas externas e com taxas altas de inflação.

3. A CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS E A CONSTRUÇÃO INTELECTUAL DO PROJETO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA

Na década de 1950 um conjunto de intelectuais reuniu-se no Rio de Janeiro (na localidade de Itatiaia) em torno de Hélio Jaguaribe para

discutir temas relacionados ao atraso do Brasil diante dos países centrais. Este grupo de intelectuais conhecido pela denominação de *grupo de Itatiaia*, tendo dentre eles, os filósofos R. Corbusier, Michel Debrun e Álvaro Vieira Pinto; o sociólogo Guerreira Ramos; os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima; o historiador Nelson Werneck Sodré e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida, comporia, a partir de 1955, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). A finalidade do ISEB era o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais. Objetivava-se, também, que os dados e as categorias aí formuladas servissem para a análise e compreensão crítica do Brasil e pudessem contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional¹⁰.

O ISEB desempenhou papel fundamental no cenário político e intelectual brasileiro no período de 1955 até 1964 (momento em que foi fechado pelo governo ditatorial implantado em 31 de março). Através de cursos, debates e publicações o conjunto de intelectuais isebianos elaborou diagnósticos, análises e interpretações da realidade política, econômica, social e cultural brasileira que serviram para o embasamento de políticas públicas. Ao mesmo tempo esses textos construíram um capítulo fundamental da história das idéias no Brasil.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) originou-se no conjunto de intelectuais, dentre os quais antigos assessores do governo Vargas, que decidiram se reunir com a finalidade de estudar a realidade brasileira. Essas reuniões eram realizadas na cidade fluminense de Itatiaia, o que fez com que fossem conhecidos pela denominação de “Grupo de Itatiaia”. Sob a liderança de Hélio Jaguaribe, foi fundado o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) que funcionava na rua do Ouvidor no então escritório de Jaguaribe. O IBESP oferecia diversos cursos sobre História, Sociologia e Política nacionais que funcionavam no auditório do Ministério da Educação. O ISEB foi criado pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. O grupo de intelectuais que estava à sua frente tinha por objetivo o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais. Objetivava-se, também, que os dados e as categorias aí formuladas servissem para análise e compreensão crítica do Brasil e pudessem contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional. A partir de 1956 o

ISEB passaria a ter por sede o prédio localizado na rua das Palmeiras, 55 no bairro de Botafogo-Rio de Janeiro.

Os principais intelectuais ligados ao ISEB eram os filósofos R. Corbusier, Michel Debrun e Álvaro Vieira Pinto; o sociólogo Guerreira Ramos; os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima; o historiador Nelson Werneck Sodré e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida. Esses intelectuais se caracterizavam por seu papel como intelectuais públicos¹¹ e também por seguirem a marca da intelectualidade latino-americana e brasileira em especial, qual seja a preocupação com identificar e apontar caminhos capazes de levarem a resolução da questão nacional. Além disso, comungavam, também, daquela outra característica própria dos intelectuais latino-americanos: a proximidade com o poder e por vezes o exercício de cargos no Estado. Logo após sua fundação o ISEB passou a organizar cursos destinados, principalmente, à formação da elite brasileira. Nesses cursos era oferecida uma visão ampla e geral da História do Brasil e do ponto de vista econômico as idéias aí apresentadas conjugavam-se com algumas propostas defendidas pela CEPAL bem como por Celso Furtado, que apesar de não integrar os quadros do ISEB era próximo do Instituto e de alguns de seus intelectuais. Os integrantes do ISEB viram no governo Juscelino o meio pelo qual seria possível que suas idéias fossem postas em prática e dessa forma a instituição funcionou como aliada do projeto desenvolvimentista implementado por Juscelino Kubitschek. Em suas declarações públicas, Juscelino prestigiou o ISEB, definindo-o como um centro de cultura, estudos e pesquisa. Diferenciava-os dos demais órgãos universitários ao realçar a vocação do ISEB para o estudo dos problemas brasileiros. Ressalte-se, no entanto, o fato de JK não ter transformado os intelectuais do ISEB em seus assessores na orientação nem na implementação do Plano de Metas para o desenvolvimento. Para isto ele criou o Conselho de Desenvolvimento, que tinha esta missão.

Em março de 1957 a direção do ISEB organizou, na cidade de São Paulo, um ciclo de conferências sob o patrocínio do Centro e da Federação das Indústrias. O ISEB estendia a São Paulo seu raio de ação. A instituição ganhava mais prestígio, mas começava a incomodar a vários segmentos políticos nacionais. E, na medida em que não havia consenso entre os

intelectuais que integravam o ISEB a crise também ocorreu internamente. A publicação do livro de Hélio Jaguaribe, *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, onde defendia a tese de que os investimentos estrangeiros estavam se dirigindo para a indústria foi o estopim para a crise interna, que resultou na saída de Jaguaribe do ISEB. Isto ocorreu na medida em que a instituição defendia que o capital estrangeiro aliado ao setor agrário-mercantil era o principal obstáculo à industrialização brasileira.

O ISEB chegou ao ano de 1960, reformulado em seus quadros. Não apenas Hélio Jaguaribe saiu, mas, logo a seguir também saíram Guerreiro Ramos, Roberto Campos, Anísio Teixeira e Hélio Cabal. O Conselho Consultivo foi extinto e o Conselho Curador passou a ter apenas poderes administrativos.

No final de 1950 o ISEB viu-se na situação de estar privado da verba orçamentária estatal. Ao iniciar o ano de 1961 o ISEB não dispunha de verba para suas atividades e dessa forma o curso regular teve que ser suspenso sendo mantidos, apenas, os seminários, as conferências e os cursos extraordinários.

Não havia mais o governo Juscelino e o presidente Jânio Quadros não tinha nenhum interesse no ISEB. Em 1964 a instituição foi fechada pelo governo ditatorial. O prédio do ISEB foi invadido e as instalações quebradas e sua biblioteca destruída. Abriu-se então um IPM (inquérito policial militar) de enormes proporções. O ISEB foi considerado braço de Moscou, uma vez que oferecia cursos, conferências e seminários assistidos por estudantes, professores, advogados, jornalistas etc...

Do ponto de vista intelectual, o ISEB não conseguiu se impor diante dos grupos mais representativos das ciências sociais ligados a USP e a antiga Universidade do Brasil, atual UFRJ. Sociólogos e cientistas políticos desses dois centros universitários viam os intelectuais do ISEB como carentes dos instrumentos teóricos e metodológicos necessários para o exame científico da sociedade brasileira.

Essa mesma desconfiança pode ser encontrada em alguns segmentos da imprensa e das associações empresariais, esses últimos associavam o ISEB com a esquerda e mais especificamente o PCB.

4. AS CONCEPÇÕES DESENVOLVIMENTISTAS E O SIGNIFICADO DO NACIONALISMO EM HÉLIO JAGUARIBE

A concepção nacionalista de Jaguaribe presente desde a publicação em 1958, de *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, caracteriza-se por inserir o nacional no universal. Jaguaribe se preocupa na formulação de diagnósticos sobre o Brasil, mas, não descuida de estendê-lo à América Latina e sem perder a perspectiva mais global. Afirmava que: “a primeira espécie de nacionalismo, ou nacionalismo integrador, é o das comunidades que se constituíram em nação. À essa espécie pertenceram os nacionalismos europeus e o norte americano do século XVIII, e, em nosso século, os nacionalismos dos países afro-asiáticos, árabes e latino-americanos”¹².

Tomando por base a experiência histórica de outros países, Jaguaribe preocupou-se em elaborar um agenda de transformações indispensáveis para que o desenvolvimento ocorresse e contribuísse, por sua vez, para que a integração nacional se estabelecesse. A concepção nacionalista de Jaguaribe foi construída sempre levando-se em conta a inserção do Brasil no contexto latino-americano e de modo mais particular sul-americano. Parte importante de seu trabalho intelectual centrou-se na temática do relacionamento do Brasil com a América Latina. Ao mesmo tempo, Jaguaribe não descuida de compreender o Brasil bem como a América Latina a partir de suas inserções no sistema internacional, que se caracteriza pela distribuição assimétrica do poder, onde as grandes potências têm um papel decisivo na configuração do mundo. Dessa forma para compreensão das possibilidades de um projeto brasileiro e latino-americano, era imprescindível a análise das condições do sistema internacional à época.

No tocante ao significado do conceito de desenvolvimento em Hélio Jaguaribe ele o definia a partir do tempo histórico e comparativamente com outras sociedades e culturas nesse mesmo tempo. Dessa forma, desenvolvimento não era um conceito estático, em sua concepção, e o conteúdo podia sofrer alterações de acordo com o tempo. Por outro lado, é importante frisar que o diagnóstico a respeito do grau de desenvolvimento de uma sociedade só podia ser feito de modo comparativo com outras sociedades, mas dentro de um mesmo sistema cultural. Jaguaribe afirma

ao longo de seus diversos livros onde discute a temática do desenvolvimentismo que a comparação só pode se dar em sociedades que adotam um mesmo sistema cultural, posto que sociedades distintas culturalmente possuem também distintas concepções a respeito dos objetivos do homem bem como da sociedade. Ele adverte sobre a impossibilidade do que se entende por desenvolvimento no Ocidente, por exemplo, ser aplicado a culturas do Extremo Oriente.

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentado por Jaguaribe desde seus primeiros escritos à época da fundação do ISEB busca conjugar a constituição de um processo de industrialização, capaz de diminuir o peso da economia agrária acompanhado por um processo educacional. É preciso lembrar que o ISEB possuía seis departamentos e ainda que não houvesse um deles dedicado especificamente à temática educacional, esta se coadunava, perfeitamente, com a defesa a respeito do desenvolvimentismo. Além do que é preciso destacar a presença de educadores eminentes ligados ao ISEB e em especial cabe destacar a figura de Paulo Freire.

Desenvolvimento consistia na melhor forma de utilização dos meios disponíveis numa determinada cultura e no interior de um tempo histórico, para atender as necessidades desta sociedade em correspondência com os recursos humanos e materiais de que dispunha. O subdesenvolvimento ocorria, portanto, quando não se aplicavam os meios disponíveis para atender as necessidades de uma determinada sociedade. Para Jaguaribe a escassez de recursos naturais ou populacionais não justificava a vigência do subdesenvolvimento que estava relacionado a uma carência de racionalidade pública. No caso das sociedades ocidentais, o subdesenvolvimento seria produto de uma disfunção na relação elite-massa. No caso do Brasil, assim como de muitas outras sociedades especialmente as latino-americanas, as elites não buscaram orientar seus interesses numa direção otimizante para o conjunto da sociedade. Além disso, elas têm um custo de sustentação extremamente alto para a sociedade, e dessa forma elas contribuem para privar a sociedade das condições para inversões reprodutivas o que resulta no estancamento social.

No caso específico do Brasil que era até 1950 uma sociedade agrária baseada na lavoura tropical, as elites buscaram minimizar os custos

da produção, em especial no tocante à mão de obra. Esta foi escravizada ao longo do século XIX e mesmo após a libertação em 1888 foi mantida em níveis bastante estritos de subsistência e deseducada. Constituíam-se assim, numa mão de obra extremamente barata e pouco cônica de seus direitos. Com isto, maximizava-se os lucros da lavoura, cujo preço do produto independia dos produtores, já que era fixado no exterior. Assim, o conceito de desenvolvimento sustentado por Jaguaribe desde seus primeiros escritos à época do funcionamento do ISEB buscava conjugar a constituição de um processo de industrialização, capaz de diminuir o peso da economia agrária acompanhado por um processo educacional.

O modelo de desenvolvimento defendido por Jaguaribe em seus primeiros escritos estava calcado nas condições seguintes: “reaparelhamento, reorganização e expansão dos bens e serviços de infra-estrutura; racionalização da agricultura e do escoamento e comercialização dos produtos da lavoura; industrialização acelerada, visando à substituição de importações e à expansão da indústria de base, notadamente a siderurgia, a química de base, a indústria de equipamentos”¹³.

Em seu livro *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político* (1962) apresentado em duas partes, Jaguaribe procurou discutir a temática do desenvolvimentismo tanto do ponto de vista teórico como tomando por base a trajetória brasileira. Na primeira parte do livro apresentou as modalidades com que se revestia o processo de desenvolvimento e concluía que a essência do desenvolvimento estava contida no incremento da racionalidade pública. O Estado poderia atuar, sempre em concordância com as condições de cada sociedade, a partir de três modelos- I- Nacional-capitalismo, ou modelo Neobismarckiano, mais facilmente aplicável em sociedades em desenvolvimento mais avançadas; II- Capitalismo de Estado ou Nasserismo, mais apropriado à sociedades muito subdesenvolvidas e III- Socialismo desenvolvimentistas, próprio para sociedades atrasadas¹⁴.

Procurava apontar a necessidade da adoção pelo Estado de uma política econômica e social capaz de conduzir o processo de desenvolvimento, de modo a encaminhar o impasse entre uma estrutura social que esgotara seus limites de racionalidade e as aspirações sociais de melhores condições de vida. A burguesia urbana

que deveria dirigir esse processo havia perdido essa possibilidade tendo se transformado, na concepção de Jaguaribe, em mera em simples classe dominante. Nessas circunstâncias, haveria a necessidade da intermediação feita através de uma ideologia capaz de substituir o papel que a burguesia não tinha condições de cumprir. A essa ideologia competia o papel de responder pelo coletivo da sociedade no Brasil da década de 1950.

Jaguaribe acreditava, e nessa questão seu pensamento não se diferenciava daquele expresso por outros isebianos, que o projeto nacional desenvolvimentista só poderia ser realizado através de mobilização nacional de grande proporção, que teria por sustentáculo a aliança de classes. Única forma de se deter o predomínio dos grandes latifundiários e dos exportadores de matéria prima. A posição que adotavam não implicava em se posicionarem contrariamente aos exportadores, mas, sim indicava a necessidade de se empreender esforços para implantar uma política de substituição de importações. Gerar uma “classe média” com mentalidade industrial, além de um operariado industrial que se colocasse em condições de deter e mesmo reduzir o peso do latifúndio-mercantilista. Para que esta proposta fosse viável, acreditava-se ser imprescindível uma ampla mobilização nacional.

NOTAS

* Este artigo é resultado parcial da pesquisa de pós-doutoramento sênior que conta com o apoio do CNPq.

¹ Deves Valdes, Eduardo, *Del Ariel de Rodo a la CEPAL (1900-1950). El pensamiento latinoamericano em el siglo XX. Entre la modernización y la identidad*. Buenos Aires, Biblos, 2000, 287-288.

² Sobre a Escola do Recife vid., Paim, Antonio, *A Filosofia da Escola do Recife*. São Paulo, Convívio, 2ª ed., 1981.

³ Barreto, Tobias, *Estudos de Filosofia*. Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1966. Vid. ainda: Mercadante, Paulo; Paim, Antonio, *Tobias Barreto na cultura brasileira: uma reavaliação*. São Paulo, Editora Grijalbo/ USP, 1972.

⁴ A esse respeito vid. Prado, Maria Emilia, “O significado da liberdade nos propagandistas da república”, in. *Memorial das Desigualdades. Os impasses da cidadania na transição da monarquia para a república no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 2005. Vid. ainda “A Cidadania no Pensamento Político Brasileiro”. *Revista Internacional de Estudos Políticos*, 1 (1999), 345-360.

⁵ Cf. Bomfim, Manoel, *América Latina. Males de origem*. Rio de Janeiro, 4ª ed., Topbooks, 1993.

⁶ Cf. Torres, Alberto, *O Problema Nacional Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914. Ainda *A Organização Nacional*. São Paulo, 3ª ed., Ed. Nacional, 1978.

⁷ *O problema...*, op. cit., 132.

⁸ Cf. Viann, Francisco J. de Oliveira, *Populações Meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, Niterói, Ed. UFF, 1987, 2 vols.

⁹ Sobre as políticas do período de Juscelino vid., por exemplo, Maranhão, Ricardo, "O Estado e a política "populista" no Brasil (1954-1964)", in Boris Fausto (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1984, t. 3, vol. 3. Ainda Benevides, Maria Vitória, *O governo Kubitschek: desenvolvimentismo econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

¹⁰ Sobre o papel dos intelectuais engajados na esfera pública vid. Jacoby, Russel, *Os últimos intelectuais*. São Paulo, Edusp, 1990.

¹¹ - Para o conceito de intelectual público *ibid.*

¹² Cf. Jaguaribe, Hélio, *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB, 1958, 22.

¹³ *Ibid.*, 61.

¹⁴ Id., *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.